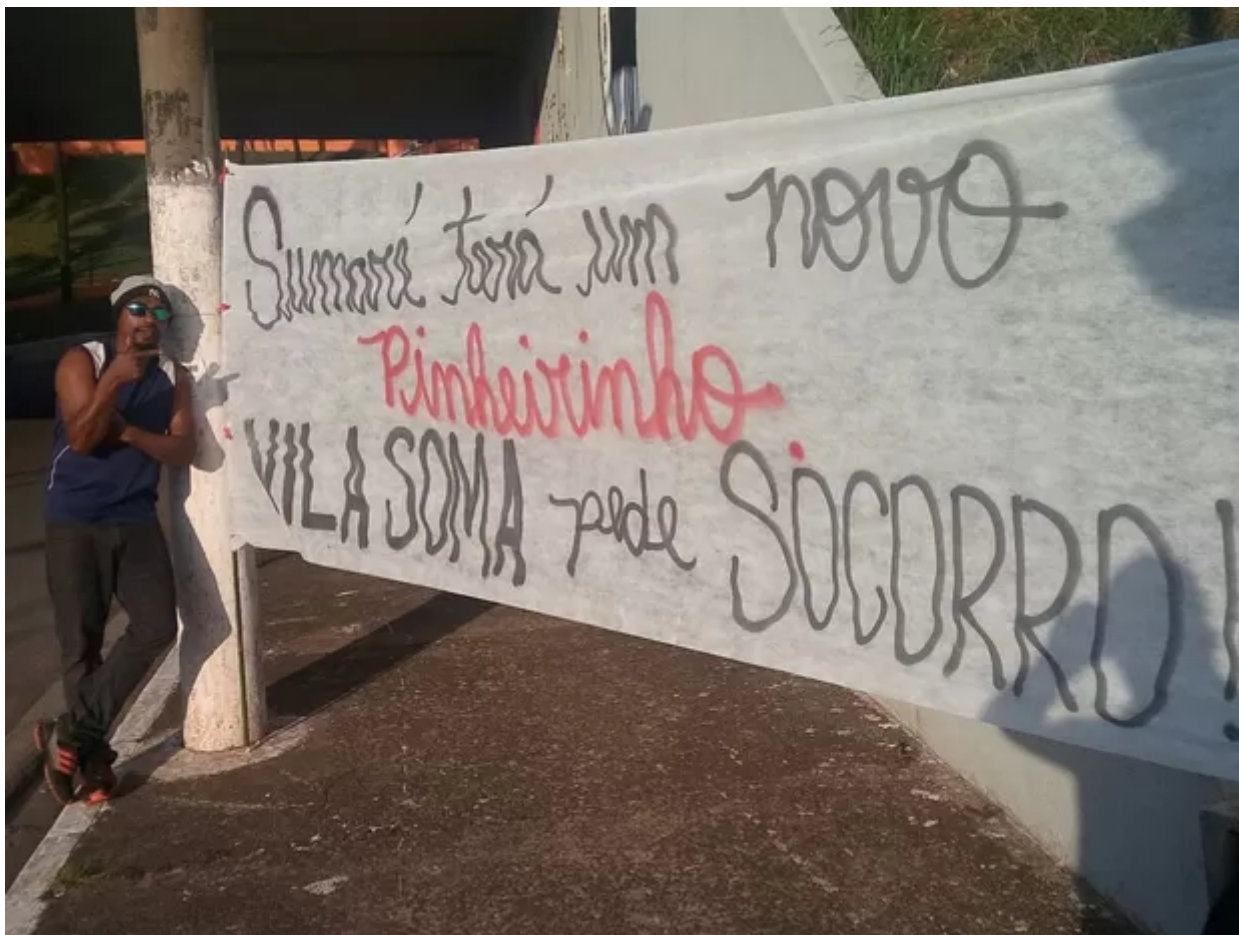


# Defensoria aciona OEA para evitar violação de direitos da Vila Soma

Pedido foi feito para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Moradores reivindicam moradia após ação de reintegração em Sumaré.

Do G1 Campinas e Região

FACEBOOK



A

Moradores da Vila Soma espalham cartazes (Foto: Organização/Vila Soma)

Defensoria Pública enviou à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), da Organização dos Estados Americanos (OEA), um pedido de medidas para evitar a violação de direitos dos moradores da Vila Soma, em Sumaré (SP). O documento foi encaminhado nesta quinta-feira (17).

Cerca de 2,5 mil famílias, da região conhecida como Vila Soma, reivindicam um local para morar após a determinação da reintegração de posse de um terreno particular ocupado pelo grupo desde 2012.

A **ação de reintegração de posse estava prevista inicialmente para segunda-feira (14)**, mas foi adiada para o período de 17 a 21 de janeiro.

O documento da Defensoria Pública aponta risco de violação de diversos direitos das cerca de 10 mil pessoas que ocupam a área, como à vida, à integridade física, à propriedade, à circulação e residência, à igualdade, à

proteção judicial, entre outros, todos previstos na Convenção Americana de Direitos Humanos, da qual o Brasil faz parte.



Protesto de moradores da Vila Soma em Sumaré (SP) (Foto: Coordenação Vila Soma)

### Danos irreparáveis

Segundo a entidade, o pedido se fundamenta no regulamento da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, que prevê a possibilidade de acionamento do órgão em situações de gravidade e urgência para prevenir danos irreparáveis.

Além disso, são citados no documento diversos casos de reintegrações de posse realizadas com abuso de violência e sem uma adequada preparação, como a desocupação da comunidade do Pinheirinho em janeiro de 2012, em São José dos Campos (SP), caracterizada no pedido como o "maior evento de violação de direitos humanos na história recente do Brasil".

### Pedidos

No documento enviado à OEA, a Defensoria solicita que sejam tomadas todas as medidas necessárias para preservar a vida, a dignidade e os bens dos moradores da Vila Soma, com a suspensão imediata de ordens de remoção forçada até que haja comprovação do devido planejamento adequado para sua execução.

O órgão pede também que haja o número adequado de servidores públicos para acompanhamento e orientação dos moradores e que os proprietários do terreno tenham os meios adequados para cumprir a ordem.

---

### saiba mais

---

**Vila Soma tem casas de alvenaria, comércios e biblioteca em Sumaré**

---

**Defensoria pede para Sumaré pagar auxílios aos moradores da Vila Soma**

---

**Juiz determina reintegração de posse imediata na Vila Soma, em Sumaré**

---

**Reunião pode decidir o destino dos moradores da Vila Soma em Sumaré**

---

**Justiça manda 2,5 mil famílias saírem da ocupação Vila Soma até dezembro**

---

### Impasse

No caso da Vila Soma correm na Justiça um processo e uma ação civil pública.

Na ação civil pública, a decisão de primeira instância havia determinado a desocupação do imóvel, mas a ordem foi suspensa em segunda instância, **após pedido da Defensoria Pública**. Já na ação de reintegração de posse, a desocupação forçada foi marcada para o período de 17 a 21 de janeiro de 2016.

A Defensoria informou também que entrou com um recurso contra a reintegração de posse e que ajuizou uma nova ação pública requerendo a suspensão da remoção até que seja provido atendimento habitacional aos moradores.

O defensor dos moradores da Vila Soma, Alexandre Mandl, disse que teve conhecimento prévio do pedido e que ele foi feito com a autorização das famílias. "Achamos fundamental, excelente. Falamos isso há dois anos e meio. O estado brasileiro quer ser condenado de novo? Está nas mãos das autoridades", afirma.

Já a Prefeitura de Sumaré disse que as preocupações da Defensoria são quanto à eventual desocupação e reintegração de posse dos terrenos e seus proprietários.

## **Vila Soma**

A Vila Soma é uma área privada de mais de 1 milhão m<sup>2</sup>, que foi ocupada em julho de 2012, após ficar abandonada por cerca de 20 anos. No local, cerca de 2,5 mil famílias construíram casas de alvenaria e improvisaram abastecimento de água e energia. Além disso, também há comércios e biblioteca.